

O DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador Federal do Trabalho LUÍS CARLOS CÂNDIDO MARTINS SOTERO DA SILVA
Presidente do Tribunal

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	859.690	4.932	864.622
Pessoal Ativo	716.141	4.870	721.011
Sentenças Judiciais Sem Precatário (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	19.580	61	19.641
Demais Despesas com Pessoal Ativo	696.561	4.809	701.370
Pessoal Inativo e Pensionistas	143.549	62	143.611
Sentenças Judiciais Sem Precatário (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	143.549	62	143.611
Outras Despesas Pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	202.689	4.618	207.307
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	19.580	61	19.641
Despesas de Exercícios Anteriores	49.603	4.557	54.160
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	133.506	0	133.506
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I - II)	657.001	314	657.315
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			479.816.372
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,136928%	0,000065%	0,136993%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,219360%			1.052.525
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,208392%			999.899

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFI e SECIN/TRT 15ª Região

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2. Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3. No item "DESPESA BRUTA COM PESSOAL - Sentenças Judiciais com Precatário" R\$ 14.204 mil referem-se a Precatórios da Administração Direta e R\$ 5.436 mil a Sentenças de Pequeno Valor, em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, no art. 29 da Lei 11.768/2008 (LDO/2009) e no art. 29 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010).

4. Conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 Plenário do TCU não foi incluído o valor de R\$ 2.070 mil referente a "Precatórios da Administração Indireta".

Izabel Cristina Braga Arroyo
Ordenadora de Despesas com Pessoal - Substituta

Evandro Luiz Michelin
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa

Marco Antonio Fernandes
Responsável Controle Interno

Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva
Desembargador Federal do Trabalho Presidente do Tribunal